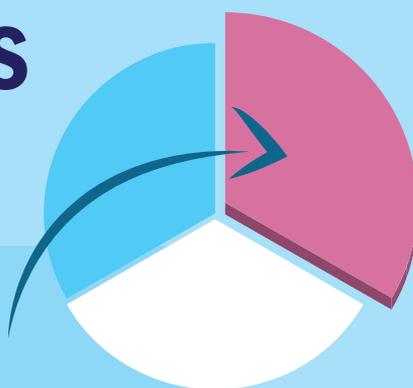


AGENDA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e da sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, esse público é reconhecido como sujeitos de direitos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades.

55,5 MILHÕES
de pessoas com idade entre
0 E 17 ANOS

aproximadamente um
quarto da população total



Fonte: PNAD 2013



MARCOS DA AGENDA

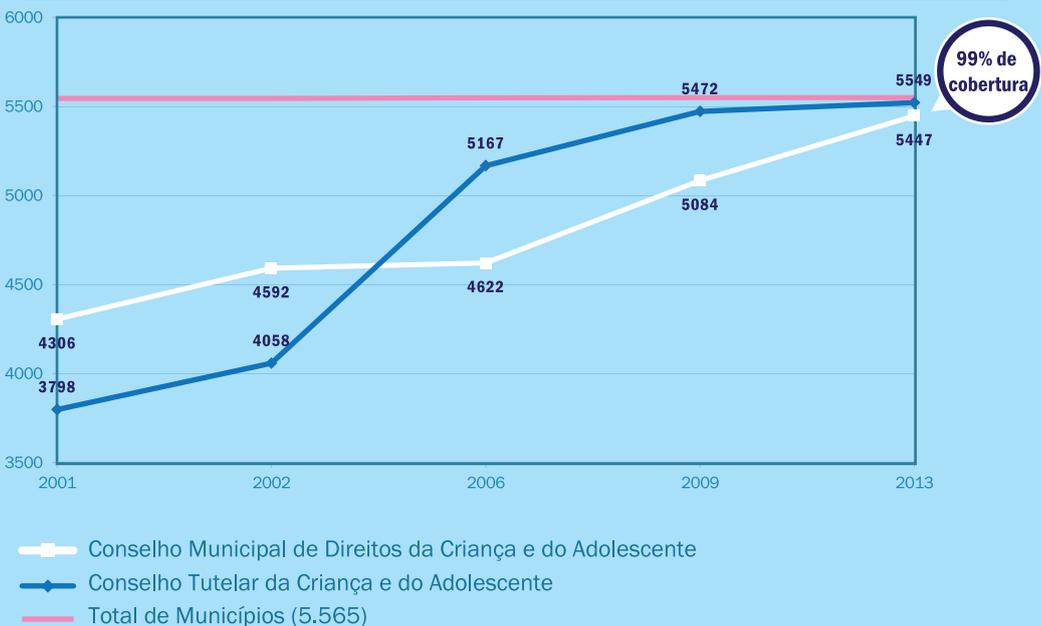
- 1959 ● Declaração Universal dos Direitos das Crianças
- 1988 ● Constituição Federal: art.227(adoção da Doutrina da Proteção Integral)
- 1989 ● Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança
- 1990 ● Sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069)
- 1991 ● Lei de criação do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.242)
- 1995 ● 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 2000 ● Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA)
- 2002 ● Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)
- 2003 ● Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM
- 2004 ● Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (1ª versão)
- 2006 ● Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sinase

- 2007** ● Comissão Nacional Intersectorial para acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
- 2009** ● 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 2010** ● Plano Nacional pela Primeira Infância
- 2011** ● Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2ª versão)
- 2012** ● Sanção da Lei do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 2013** ● Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo; Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA)
- 2014** ● Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010), que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.
- 2015** ● 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



CONSELHOS TUTELARES E DE DIREITOS PRATICAMENTE UNIVERSALIZADOS

Conselhos de Direitos e Tutelar de Crianças e Adolescentes (2001 - 2013)

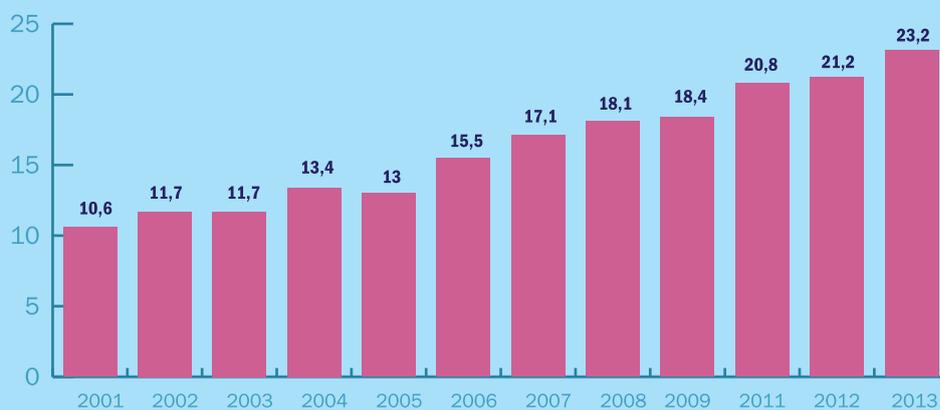




EDUCAÇÃO INFANTIL

Taxa de Frequência à Escola/Creche
População de 0 a 3 anos

Ampliação de **119%**



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI/MP

Taxa de Frequência à Escola - população de 4 e 5 anos

48% de crescimento



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI/MP

TAXA DE FREQUÊNCIA: percentual que permite comparar o total de matrículas (pessoas de qualquer idade) com a população total na faixa etária adequada para a educação infantil (0 a 5 anos).



CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

META DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DE 7.000 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PAC 2)



2012

3.126 ESTABELECIMENTOS COM CONSTRUÇÃO APROVADA, ATENDENDO A MAIS DE 1.600 MUNICÍPIOS

Apoiada a construção de **2.131 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 1.018 MUNICÍPIOS**

2013

2014
(1º sem)

942 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 704 MUNICÍPIOS

SISTEMÁTICA DE ANTECIPAÇÃO DOS REPASSES **ACELERA E INCENTIVA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS NOS MUNICÍPIOS**



AMPLIAÇÃO EM 50% DO VALOR DO REPASSE POR VAGA OCUPADA POR CRIANÇAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA EM CRECHES PÚBLICAS OU CONVENIADAS

AMPLIAÇÃO EM 66% DO VALOR REPASSADO PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CRECHES PÚBLICAS E CONVENIADAS

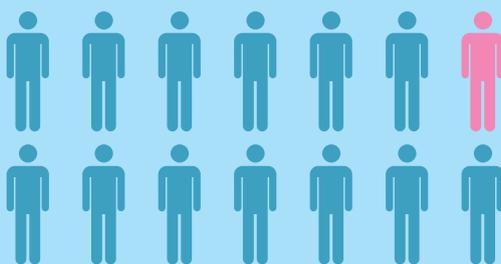


PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA FOI ESTENDIDO ÀS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS



ENSINO FUNDAMENTAL

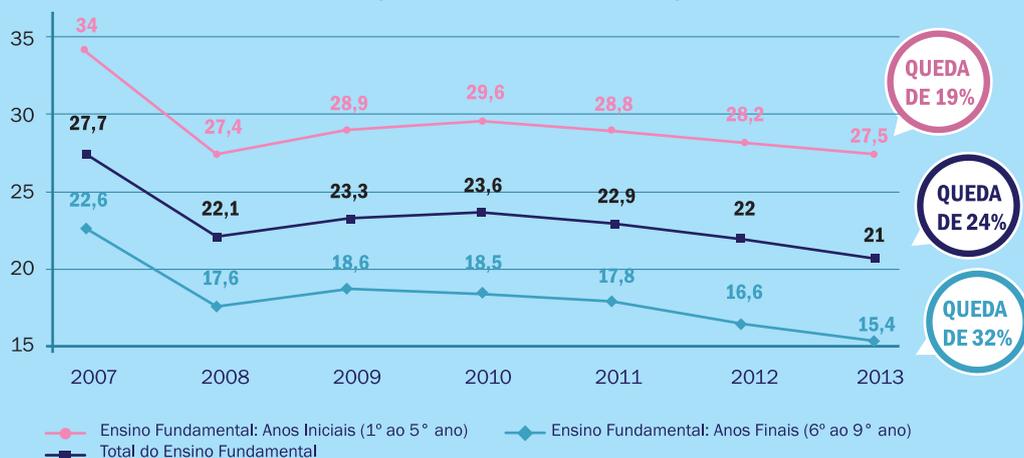
Universalização e Níveis Mínimos de Analfabetismo



ATUALMENTE APENAS 0,8%

DOS JOVENS DE 15 A 17 ANOS NÃO SABEM LER E ESCREVER (ERAM 2,1% EM 2004)

Queda da Taxa de Distorção Idade-Série: Cada vez mais alunos frequentam aulas em séries adequadas à sua idade



Fonte: SIMEC/MEC. Elaboração: MPOG/SPI.

ENSINO MÉDIO

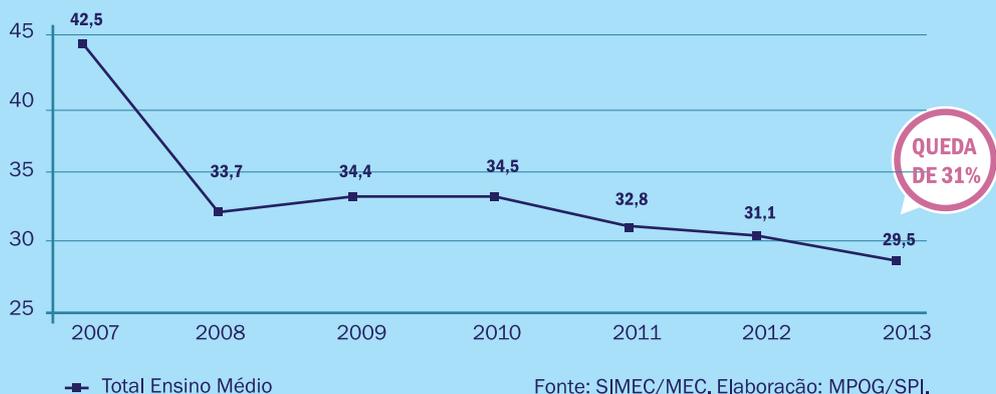
Taxa de Escolarização Líquida: Cresce o número de alunos frequentando o Ensino Médio

EVOLUÇÃO DE 49%



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI/MPOG.

Redução da média geral de atraso escolar no Ensino Médio



Fonte: SIMEC/MEC. Elaboração: MPOG/SPI.



O BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

As condicionalidades do Bolsa Família contribuíram para os avanços na área de educação

COMPROMISSO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS É A FREQUÊNCIA ESCOLAR DE PELO MENOS 85% DE CADA INTEGRANTE EM IDADE ESCOLAR (DE 6 A 15 ANOS)

ENTRE ABRIL E MAIO DE 2014, FOI ACOMPANHADA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DE 15,4 MILHÕES DE CRIANÇAS E JOVENS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA: 46% DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO DO BOLSA FAMÍLIA TÊM ALCANÇADO RESULTADOS POSITIVOS NOS ÚLTIMOS ANOS (CENSO ESCOLAR/MDS):

No ensino fundamental, a taxa de aprovação passou de 81,1% em 2008 para 85,2% em 2012. A taxa de abandono em 2012 foi de 2,8% para os beneficiários do programa, enquanto foi de 3,2% para não beneficiários.

No Ensino Médio, em 2012, a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família foi de 79,7%, enquanto foi de 75,5% para os não beneficiários. Já a taxa de abandono é de 7,4% entre os beneficiários do programa, ante 11,3% dos não beneficiários.



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME)

Educação integral: ampliação da jornada escolar nas escolas públicas para no mínimo 7 horas diárias

**54.125
ESCOLAS ATENDIDAS
ATÉ 2014
90% DA META DE
60 MIL**

Apenas em 2013 houve adesão de mais de **49 mil escolas**, incluído o atendimento a 32 mil escolas com mais de **50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família**

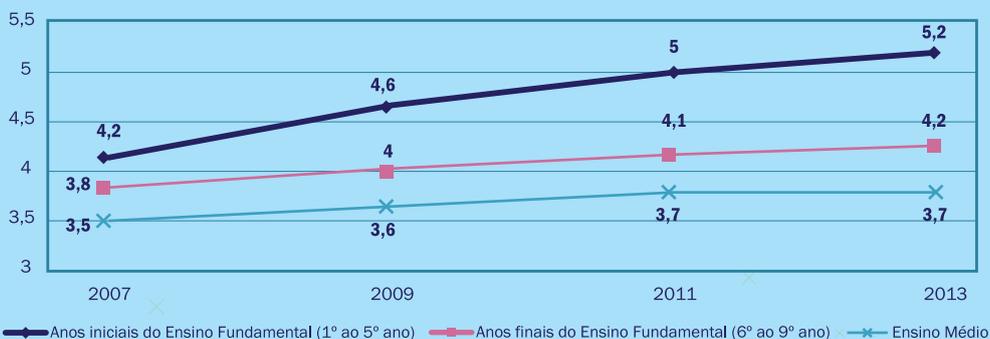
Mais de 19 mil escolas do campo, indígenas ou quilombolas aderiram: mais de 60% estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

**Segundo Tempo + PME: Esporte na Escola
3,6 milhões de estudantes beneficiados até 2014**



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Aprimoramento da qualidade do ensino básico



SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

Após a promulgação da Lei Federal 12.594/12, foi elaborado no ano seguinte o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com 73 metas previstas para os próximos dez anos. O plano compõe-se ainda de diagnóstico situacional do SINASE em âmbito nacional, estabelecendo princípios e diretrizes da política de socioeducação.

Destaca-se ainda a Escola Nacional de Socioeducação – ENS, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento das formações continuadas dos/as profissionais de todas as áreas e níveis de atuação vinculados às medidas socioeducativas.

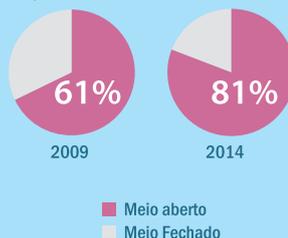
Medidas sócioeducativas (2012)

20 mil meio fechado

90 mil meio aberto

Medida provisória nº 630/2013 inclui a construção, reforma e ampliação das unidades socioeducativas no RDC

Relação meio aberto/meio fechado



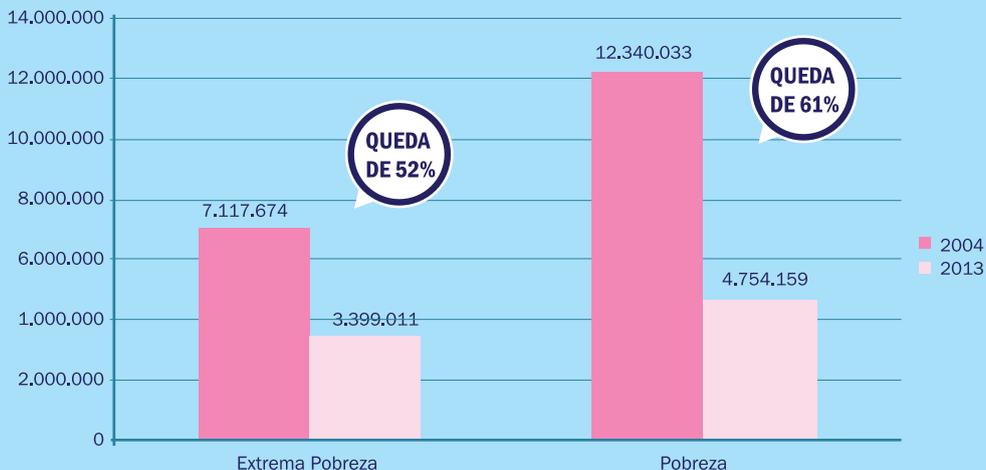
DIMINUIÇÃO DA POBREZA E DA EXTREMA POBREZA: PRIORIDADE ABSOLUTA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Bolsa Família contribuiu para a queda da pobreza e extrema pobreza entre crianças e adolescentes ao longo dos últimos anos

Em 2012, a Ação Brasil Carinhoso complementou o Bolsa Família assegurando renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa a famílias extremamente pobres com crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos, eliminando a extrema pobreza entre os beneficiários do programa

Mais tarde o benefício foi ampliado a todas as famílias do Bolsa Família, independente de terem crianças em sua composição

Distribuição da população de 0 a 17 anos em situação de extrema pobreza e pobreza 2004-2012



Fonte: IBGE/PNAD. Obs: Foram considerados extremamente pobres a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$70 e de R\$71 a R\$140, respectivamente (valores de set/2012)



SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Desenvolvimento saudável

As condicionalidades de saúde do Bolsa Família contribuem para o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso

Gestantes e nutrizas devem realizar o pré-natal, comparecer às consultas e participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável

Os responsáveis por crianças menores de 7 anos devem observar o calendário de vacinação e acompanhar o estado nutricional e de desenvolvimento das crianças

Prevenção de doenças

VITAMINA A: Expansão da distribuição de doses para crianças entre 6 meses e 5 anos (Brasil Carinhoso). A deficiência dessa vitamina pode provocar cegueira noturna e aumenta o risco de morbidades, mortalidade e anemia;

SULFATO FERROSO: Expansão da oferta na Rede de Atenção Básica de Saúde para crianças menores de 24 meses, prevenindo a deficiência de ferro e a anemia;

MEDICAMENTOS PARA ASMA: Distribuição gratuita nas Farmácias Populares. A asma é a segunda maior causa de internação e óbito de crianças.

Rede Cegonha: qualificação da atenção obstétrica e infantil

440 novos leitos neonatais (193 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN e 247 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal - UCIN) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal.

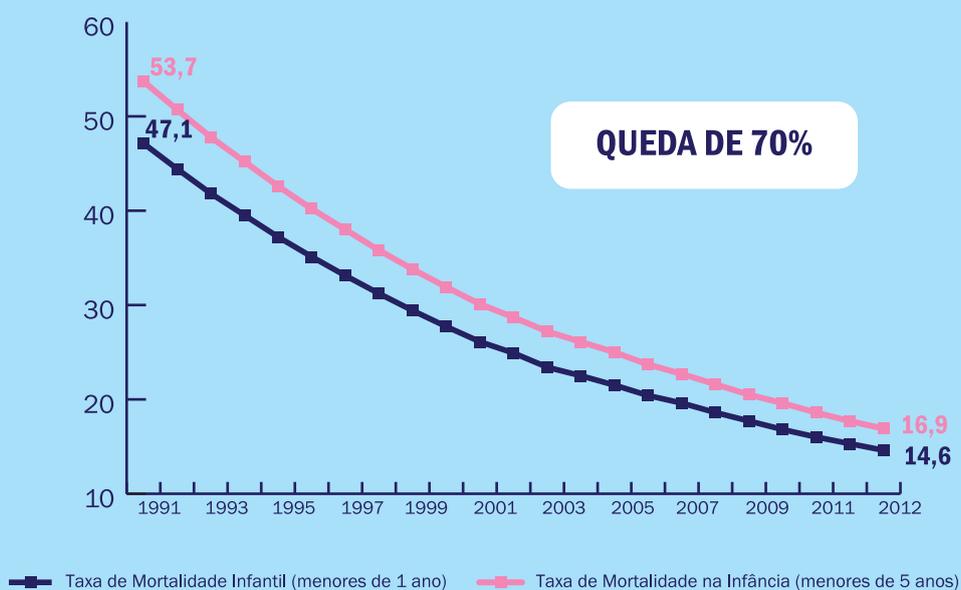
2.970 leitos de UTI Neonatal habilitados, sendo 766 criados desde o início do programa e 2.204 leitos de UTI Pediátrica no âmbito da Rede Cegonha.

Teste do Pezinho e detecção da fibrose cística universalizados em todo o Brasil.

Triagem neonatal para 6 doenças será expandida para todos os Estados até o final de 2014. Em 2013, 12 Estados estavam habilitados para a triagem neonatal na fase IV.

“Cuidando de Adolescentes na Rede Cegonha” para apoiar as equipes de saúde na resposta necessidades da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens.

Mortalidade infantil em trajetória descendente



Fonte: MS/SVS/DASIS/CGIAE - SIM/Sinac e Busca Ativa. Elaboração: SPI/MPOG
Obs: para o período de 1990 a 1999, valores projetados pelo MS/SVS/CGIAE.
Para o ano de 2012, valores projetados

Programa Saúde na Escola – PSE

Promoção, prevenção e atenção à saúde para enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino

Em 2013, creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos foram incluídos no PSE

80,4 MIL ESCOLAS

18,7 MILHÕES DE EDUCANDOS

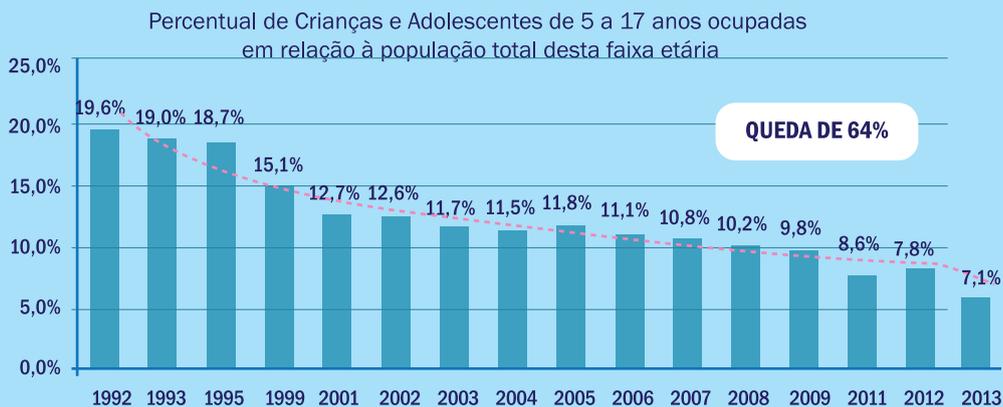
4.864 municípios (87,3% do total). Em cada município pelo menos uma creche ou pré-escola participa do PSE



COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Brasil é destaque mundial

Resultados positivos ao longo dos últimos 20 anos credenciaram o País a sediar 3ª Conferência Global do Trabalho Infantil (Brasília, 2013)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: SPI/MPOG.

Fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego

Para o período do PPA 2012-2015 são esperadas 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil

Até o momento, foram realizadas 19.597 ações fiscais, 78% da meta

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

- Oferece transferência de renda, acompanhamento familiar e serviços socioassistenciais a crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos retirados de situações de trabalho (ressalvada a condição de aprendiz).
- O programa contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 anos, oferecendo transferência de renda, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais.
- 200.626 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil foram inseridas em acompanhamento no ano de 2013 (RMÁ/SUAS).
- Brasil alcançou o “núcleo duro” do trabalho infantil: a incidência encontra-se em atividades desenvolvidas em locais fora do alcance dos órgãos de fiscalização. A partir deste diagnóstico, o PETI foi redesenhado, compreendendo as seguintes ações:

a) sensibilização dos agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais e associações;

b) realização de campanhas nacionais e estaduais;

c) realização de audiências públicas para definir estratégias e firmar compromissos com os municípios;

d) intensificação da busca ativa;

e) acesso a transferência de renda e desenvolvimento de ações intersetoriais para inserção da criança, adolescente e suas famílias nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas;

f) fomento das ações de fiscalização;

g) articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares.

Aprendizagem Profissional

Previsão legal de que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do seu contingente total de trabalhadores.

Comprovado o descumprimento dessa obrigação, as empresas são notificadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego a contratar aprendizes.

854.328 aprendizes contratados desde 2012

565.251 adolescentes de 14 a 17 anos, representando 66% do total.



ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

PAIR: Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro

- ◆ ARTICULAÇÃO DAS REDES LOCAIS;
- ◆ CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS;
- ◆ DEFINIÇÃO DE PLANOS LOCAIS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES;
- ◆ ARTICULAÇÃO COM O SETOR CORPORATIVO;
- ◆ REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O PAIR:

**ENCONTRA-SE EM 506
MUNICÍPIOS EM TODO O PAÍS**

**73 DESSES COM MAIS DE
300 MIL HABITANTES**

**NO CONTEXTO DE MEGAEVENTOS, GRANDES EMPREENDIMENTOS
E ROTA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL, 25 MUNICÍPIOS DESENVOLVEM
O PROGRAMA**

O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos nas mais de 2.314 unidades CREAS distribuídas por 2.078 municípios do país.

Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são atendidas por serviços que visam contribuir para romper com padrões violadores de direitos, situações de violência e exploração, fortalecer vínculos familiares e comunitários e a função protetiva da família, objetivando a superação das situações vivenciadas, o acesso à rede de proteção social e a prevenção de agravamentos por violação de direitos.



SEGURANÇA PÚBLICA

Fortalecimento e qualificação das Delegacias Especializadas de Atendimento às crianças e adolescentes: aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, viaturas, armamentos e equipamentos de EPI (equipamento de proteção individual).

Em 2013 foram apoiadas 12 propostas: investimentos de R\$ 6,44 milhões.

CAPACITAÇÕES

Capacitados, presencialmente, 476 profissionais de segurança pública (80 horas-aula), 107 em 2012 e 369 em 2013 no curso “Investigação de homicídios e drogas ilegais”, do qual faz parte a disciplina “Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes” (Programa Brasil Mais Seguro).

Na modalidade à distância, entre 2012 e 2013, foram promovidos diversos cursos que abordam ilícitos penais cometidos contra criança e adolescentes, incluído o tema da exploração sexual. Ao todo foram capacitados 41.676 profissionais da segurança pública nesta modalidade.